

A ATENÇÃO À SAÚDE DAS CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A Pesquisa da Primeira Infância, realizada pela Fundação Seade em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, permitiu conhecer alguns aspectos da atenção à saúde das crianças de 0 a 5 anos¹ na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP. Das pouco mais de 3,4 milhões de crianças paulistas nessa faixa etária, 1,7 milhão moravam na RMSP, em 2014, sendo que a maioria (69,1%) se encontrava no grupo de 0 a 3 anos (Tabela 1).

Tabela 1
Distribuição das crianças de 0 a 5 anos, por condição de vulnerabilidade familiar, segundo faixas etárias
Região Metropolitana de São Paulo – 2014

Faixas etárias	Total	Famílias vulneráveis	Famílias não vulneráveis
Total	1.706.970	547.833	1.159.137
De 0 a 3 anos	1.178.886	396.252	782.592
De 4 a 5 anos	528.084	151.581	376.545

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Seade.

Para uma boa avaliação das condições do desenvolvimento infantil, é fundamental o conhecimento do contexto no qual a criança nasceu e vive. Nesse sentido, a pesquisa permitiu caracterizar tanto as famílias como as mães. Assim, observa-se que cerca de 32% das crianças menores de seis anos da RMSP viviam em famílias classificadas, pelo levantamento, como vulneráveis, que são aquelas com baixas renda e escolaridade do responsável, maior adesão aos programas de transferência de renda, percentual de responsáveis desempregados bem superior ao total das famílias da RMSP e alta proporção de famílias com apenas um dos pais respondendo pela criação dos filhos. Foi possível traçar também um perfil das mães dessas crianças, destacando-se uma importante presença de mulheres mais jovens, com menor escolaridade e que, muitas vezes, trabalhavam e eram responsáveis pelas famílias.

¹ A pesquisa investigou 1.000 domicílios na RMSP que tinham crianças de 0 a 5 anos, sendo representativa para o conjunto de domicílios da região com pelo menos uma criança nessa faixa etária. Para tanto, adotou-se uma amostra estratificada em três estágios: município, setor censitário e domicílio com crianças de 0 a 5 anos.

Especificamente no que se refere à atenção à saúde nos primeiros anos de vida, a pesquisa forneceu algumas informações que merecem destaque. Fundamental para a garantia da saúde e do desenvolvimento infantil, a prática da amamentação foi um dos fatores avaliados, tendo o levantamento indicado que 93,9% das crianças de 0 a 3 anos que viviam na RMSP, em 2014, haviam sido ou ainda estavam sendo amamentadas com leite materno (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das crianças de 0 a 3 anos, por condição de vulnerabilidade familiar, segundo situação de amamentação
Região Metropolitana de São Paulo – 2014

Situação de amamentação	Total	Em porcentagem	
		Famílias vulneráveis	Famílias não vulneráveis
Total	100,0	100,0	100,0
Foi amamentada com leite materno	56,9	50,9	59,5
Está sendo amamentada	37,0	(1)	36,8
Somente com leite materno	12,1	(1)	(1)
Com leite materno e outros alimentos (outro tipo de leite, sopinhas, etc.)	24,8	(1)	23,9
Nunca foi amamentada com leite materno	(1)	(1)	(1)

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Fundação Seade.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Segundo recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, o aleitamento materno deve ser exclusivo por seis meses e complementado até os dois anos ou mais. A pesquisa identificou, no entanto, que em 2014 cerca de 39% das crianças de 0 a 3 anos que viviam na RMSP pararam de receber somente leite materno antes de completarem os seis meses e aproximadamente 6% nunca foram amamentadas com leite materno (Tabela 3).

Tabela 3
Distribuição das crianças de 0 a 3 anos, por condição de vulnerabilidade familiar, segundo situação de amamentação e idade máxima que recebeu somente leite materno
Região Metropolitana de São Paulo – 2014

Em porcentagem

Situação de amamentação	Total	Famílias vulneráveis	Famílias não vulneráveis
Total	100,0	100,0	100,0
Está sendo amamentada somente com leite materno	12,1	(1)	(1)
Foi ou está sendo amamentada com leite materno e recebe outros tipos de alimentos	81,7	78,2	83,3
Idade máxima que recebeu somente leite materno			
Até 4 meses	30,7	33,9	29,4
Mais de 4 e menos de 6 meses	(1)	(1)	(1)
6 meses	22,8	(1)	24,0
Mais de 6 meses	19,6	(1)	(1)
Nunca foi amamentada com leite materno	(1)	(1)	(1)

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Fundação Seade.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A Pesquisa da Primeira Infância levantou também informações sobre o acesso aos serviços de saúde para as crianças de 0 a 5 anos (Tabela 4). Um primeiro destaque é que quase 100% das crianças nessa faixa etária tinham carteira de vacinação atualizada. Em relação ao tipo de serviço de saúde a que as crianças tiveram acesso, observa-se que cerca de 56% delas foram atendidas na rede pública, com uma participação bem mais elevada, como esperado, de crianças de famílias consideradas vulneráveis (73,9%).

Segundo o levantamento, 84,4% das crianças tinham visitado o médico ou pediatra mais de uma vez nos últimos 12 meses e 67,1% tinham sido levadas ao médico para avaliação regular. Porém, observa-se que 31,1% das crianças menores de seis anos somente foram levadas ao médico quando ficaram doentes, mais uma vez com percentual expressivamente maior nas famílias vulneráveis (40,3%).

Realização



Elaboração



Tabela 4
Percentual de crianças de 0 a 5 anos, por condição de vulnerabilidade familiar,
segundo serviços de saúde utilizados
Região Metropolitana de São Paulo – 2014

Em porcentagem

Serviços de saúde	Total	Famílias vulneráveis	Famílias não vulneráveis
Crianças com carteira de vacinação atualizada	99,5	99,2	99,6
Tipo de atendimento das crianças que foram ao médico (1)	100,0	100,0	100,0
Atendimento público	55,8	73,9	47,2
Atendimento privado ou pelo convênio ou plano de saúde	37,0	(2)	46,9
Visita ao médico/pediatra nos últimos 12 meses	100,0	100,0	100,0
Sim, uma vez	10,9	(2)	10,5
Sim, mais de uma vez	84,4	82,5	85,3
Nenhuma visita	(2)	(2)	(2)
Frequência de visitação médica	100,0	100,0	100,0
Rotineiramente (para avaliação regular)	67,1	57,4	71,7
Somente quando fica doente	31,1	40,3	26,7
Em situações de emergência	(2)	(2)	(2)
A mãe ou responsável recebeu, de algum profissional da saúde, orientações para casos de doenças e acidentes			
Queimaduras	17,9	(2)	21,6
Ingestão de produtos tóxicos	17,4	(2)	21,3
Sufocamentos	20,5	(2)	23,8
Diarreia, desidratação	45,0	47,8	44,6
Febres	58,5	63,5	57,8
Outros acidentes domésticos	(2)	(2)	(2)

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Fundação Seade.

(1) Inclui os que não sabem o tipo de atendimento médico recebido pela criança.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Um último aspecto sobre a atenção à saúde que foi levantado diz respeito a orientações que a mãe ou o responsável receberam de algum profissional da saúde para o caso de ocorrência de doenças ou acidentes. Os percentuais mais elevados corresponderam às situações de febres (58,5%) e diarreia e desidratação (45,0%), observando-se valores mais baixos para

Realização



Elaboração



orientações em casos de acidentes como sufocamentos (20,5%), queimaduras (17,9%) e ingestão de produtos tóxicos (17,4%).

As informações sobre a atenção à saúde levantadas pela Pesquisa da Primeira Infância permitiram indicar áreas importantes que, embora já sejam alvos de ações de políticas públicas, certamente ainda necessitam de reforços no sentido de ampliar seus efeitos.

A busca pela ampliação do aleitamento materno exclusivo até os seis meses é sem dúvida um dos mais importantes. Segundo documento do Ministério da Saúde, além de não existirem vantagens na introdução de alimentos complementares antes dos seis meses, podem ocorrer vários prejuízos à saúde da criança, como, por exemplo, maior número de episódios de diarreia, maior número de hospitalizações por doença respiratória e menor absorção de nutrientes importantes do leite materno, como o ferro e o zinco, entre outros.²

Os traumas provocados por acidentes domésticos estão entre as principais causas que levam as crianças aos serviços de urgência e emergência dos hospitais, intensificando o caráter preocupante referente ao baixo percentual de mães ou responsáveis que declararam ter recebido orientações para o caso de acidentes como sufocamentos, queimaduras e ingestão de produtos tóxicos.

² Ministério da Saúde, *Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009, p. 12-3.